

Educação secundária



1. Contexto da educação secundária

2. Introdução

O nível secundário compõe a educação básica e é o terceiro dos níveis dos sistemas nacionais de educação. Segundo a Classificação Internacional Normalizada da Educação (CINE) elaborada pela UNESCO, abarca dois períodos dos programas educacionais: a secundária inferior (CINE 2) e a secundária superior (CINE 3). A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, assinada pelos países-membros das Nações Unidas (ONU) em 2015, contempla o nível secundário no ODS 4, que promove a "garantia de uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e a promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas". Nas metas para atingir esse objetivo, os Estados são instados a "garantir que todas as meninas e meninos concluam a educação primária e secundária, que deve ser gratuita, equitativa e de qualidade e produzir resultados de aprendizagem relevantes e eficazes". Compreende o ensino dos conhecimentos e habilidades considerados necessários para o desempenho efetivo na sociedade atual no nível superior e no acesso ao mercado de trabalho.

Essas metas representam desafios significativos para a América Latina. Embora desde os anos 90, e especialmente durante a primeira década do século 21, a maioria dos países da região tenha aprovado leis que aumentaram o número de anos do período de educação obrigatória em geral, e da educação secundária em particular, ampliando a oferta educacional e a inclusão de setores outrora postergados, alguns estudos constataam uma certa estagnação na massificação do nível secundário (IIPE/CLADE, 2021; UNESCO Santiago, CEPAL e UNICEF, 2022; Scasso, 2024). Nesse contexto, torna-se relevante analisar as tendências desse nível na região. O nível foi o que mais passou por mudanças nos últimos tempos. E, na medida em que se avança em termos de sua obrigatoriedade, continua sendo objeto de intervenção de múltiplas e simultâneas políticas educacionais que buscam incidir sobre o acesso, a permanência, a conclusão e a qualidade da aprendizagem obtida.

A situação contemporânea do nível secundário pode ser descrita como uma tensão constante entre sua demanda contínua por expansão e o modelo institucional tradicional a partir do qual foi configurado. Desde suas origens, o nível secundário foi concebido como um modelo de elite, para poucos, como um trampolim para o ingresso na universidade. Em contraste, hoje, e como resultado das recentes mudanças na legislação educacional em muitos países da região, o acesso à educação secundária é majoritariamente entendido como um direito de todas as pessoas adolescentes e jovens. De fato, com exceção da Nicarágua, a secundária inferior está incluída no período de escolaridade obrigatória em todos os países da América Latina. Nesse contexto, a matriz original se vê tensionada e requer mudanças profundas para enfrentar o desafio de continuar expandindo a educação secundária e sustentar trajetórias bem-sucedidas para todas as pessoas adolescentes e jovens nesse nível de escolaridade.

Considerando essas ideias preliminares, a primeira seção de análise abordada neste documento refere-se à caracterização do nível secundário em termos de sua **estrutura normativa e configuração organizacional**. Nesta caracterização é considerada sua denominação em cada país, as regulamentações mais recentes de sua estrutura e organização, o seu caráter obrigatório total ou parcial e suas orientações e modalidades.

A segunda seção do documento apresenta as **principais políticas para a educação secundária** desenvolvidas recentemente. Faz-se referência a dois grupos de políticas educacionais: o primeiro busca garantir as condições para o acesso ao nível; o segundo, centra-se nas condições pedagógicas para que os estudantes permaneçam nas escolas. Dentro do primeiro grupo, há dois tipos de políticas: por um lado, as referentes à ampliação e melhoria de infraestrutura e equipamento; e, por outro, as

políticas vinculadas ao fortalecimento da demanda através da transferência de recursos monetários e apoio econômico. Por sua vez, no segundo grupo, se distinguem as políticas associadas à mudança e/ou à incorporação de novos conhecimentos no currículo escolar, bem como as vinculadas às reconfigurações recentes da educação secundária. Estas últimas incluem tanto as iniciativas para transformar o formato escolar tradicional como as destinadas a sustentar as trajetórias estudantis; e, por fim, os programas de escolarização alternativa.

Uma terceira seção apresenta um **panorama regional em dados**, referente às trajetórias escolares nesse nível. Em particular, essa caracterização supõe uma descrição dos indicadores de acesso, repetência, permanência e formação dentro do prazo, cruzada com variáveis de caracterização da população em termos de local de residência (urbano/rural) e renda, de acordo com os últimos dados disponíveis no SITEAL.

A conclusão apresenta uma análise reflexiva em termos de avanços e dívidas para o nível.

3. Estrutura normativa e institucional

Conforme mencionado na introdução, a secundária é a terceira etapa dos sistemas nacionais de educação. A idade de referência varia, segundo o país, de 11 a 17 anos de idade (ver Tabela 1). O sistema de Classificação Internacional Normalizada da Educação (CINE) elaborado pela UNESCO divide o nível em dois períodos: a secundária inferior (CINE 2) e a secundária superior (CINE 3). No entanto, a configuração organizacional varia em cada país.

O requisito para ingressar na secundária inferior é ter concluído e ter sido aprovado no nível primário. Os programas educacionais da secundária inferior geralmente são voltados para o reforço das aprendizagens do nível primário. Em geral, duram três anos. Suas competências estabelecem a base para o desenvolvimento humano e a aprendizagem ao longo da vida. Normalmente, se apoiam em disciplinas ministradas por professores que receberam formação pedagógica em conteúdos específicos. Cada grupo de estudantes costuma ter vários professores especializados. Em alguns países, os programas educacionais da secundária inferior também incluem conteúdos vocacionais.

O requisito para o acesso aos programas educacionais classificados pela UNESCO, como a secundária superior (CINE 3), é ter concluído a secundária inferior. O propósito da secundária superior é garantir que os adolescentes e jovens tenham o conhecimento necessário para transitar essa etapa de suas vidas e possam se desenvolver nas etapas seguintes, seja a continuação de seus estudos no nível superior ou a entrada no mercado de trabalho ou na vida em comunidade. Em 9 dos 19 países a duração é de três anos. Uma característica marcante desses programas é que, em comparação com o período anterior, a diversificação e a especialização do conteúdo curricular são ainda mais acentuadas. É frequente que os professores sejam formados e especializados em matérias e campos de conhecimento específicos.

A configuração organizacional da educação secundária não é homogênea na região. Considerando as diferentes denominações oficiais, há países em que a secundária ocupa dois anos teóricos de duração (como El Salvador e Honduras) ou três (como Paraguai e o ensino médio no Brasil), e outros com uma duração que chega a seis anos (como Argentina e Uruguai). As variações existentes entre os países também envolvem a organização do nível em um único período homogêneo (como Bolívia, Nicarágua, Peru e Venezuela) e, em outros casos, a divisão do nível em dois períodos (secundário inferior e superior – que adquirem diferentes denominações em cada caso –, como acontece na Argentina, Colômbia, Cuba, República Dominicana e Uruguai). Considerando a classificação CINE da UNESCO, é possível observar que sete países da região (Brasil, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, México e Paraguai) possuem um período do CINE 2 incluído como a última parte da educação básica.

Esta heterogeneidade pode ser vista em detalhe na Tabela 1. [Tabela 1. Estrutura do nível secundário e obrigatoriedade do nível por país, 2021](#)

As leis aprovadas no início do século 21 na América Latina resultaram no surgimento de sistemas educacionais profundamente diferentes daqueles regulamentados no final do século 19 e em boa parte do século 20. A escola secundária deixou de ser uma instituição seletiva, à qual apenas uma parcela minoritária da população com fins específicos tinha acesso, geralmente ligados à sua função propedêutica, para se tornar um nível educacional de crescente alcance universal. A nova legislação em muitos países da região buscou promover a construção de um nível secundário que pudesse responder às demandas de acesso, permanência e graduação. Além das mudanças propostas para a configuração institucional do nível, o aspecto mais transcendental que se instalou refere-se ao aumento dos anos de obrigatoriedade escolar e ao alcance da educação secundária. Os novos marcos jurídicos aspiram a um processo de universalização em relação ao acesso e à sustentabilidade das trajetórias, o que poderia ser considerado um efeito direto da extensão da obrigatoriedade do nível secundário (Acosta, 2021).

Atualmente, todos os países da região contam com a obrigatoriedade da educação secundária inferior, com exceção da Nicarágua. Além disso, 13 dos 19 países ampliaram a obrigatoriedade do período superior (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Honduras, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela). A Tabela 2 apresenta mais informações a respeito. [PT Cuadro 2. Configuración organizacional de la educación secundaria en países de la región según legislación vigente, año de sanción, denominación del nivel secundaria, modalidades del nivel y orientaciones curriculares](#)

4. Caracterização das políticas

Esta seção faz referência a quatro tipos de políticas educacionais que podem ser identificadas nos países da região e que refletem as prioridades dos Estados ao intervir no sistema educacional. Foram classificadas conforme as políticas que buscam garantir as condições para o acesso e, em seguida, segundo as que miram nas condições pedagógicas para que os estudantes permaneçam nas escolas. Entre as primeiras, estão incluídas políticas para a ampliação e melhoria de infraestrutura e equipamentos; e para o fortalecimento da demanda através da transferência de renda e apoio econômico para o sustento das trajetórias escolares. Essas políticas buscam compensar as desigualdades respectivas ao ponto de partida de cada estudante, que são estratégicas em uma região historicamente atravessada por lacunas significativas de desigualdade.

Entre as políticas educacionais com foco no aspecto pedagógico em sentido estrito, destacam-se aquelas associadas à mudança curricular e à incorporação de novos conhecimentos no currículo escolar do nível. Consistem em intervenções que buscam renovar o conteúdo do nível médio, com o objetivo de aproximá-los dos interesses dos estudantes, das demandas da sociedade do conhecimento e dos saberes próprios das culturas e coletivos historicamente excluídos que compõem cada país.

Em segundo lugar, menciona-se um grupo de políticas ligadas à recente reconfiguração da educação secundária, em particular aquelas relativas à organização institucional. Entre essas políticas, distinguem-se, em primeiro lugar, as voltadas à transformação do formato escolar tradicional; em segundo lugar, aquelas que contribuem para a sustentação das trajetórias estudantis e, por fim, os programas de escolarização alternativa.

4.1. Políticas para a melhoria de infraestrutura, equipamentos e da

dotação de tecnologia

Nas últimas décadas, a escola secundária tem passado por um processo de expansão na região, incorporando um número cada vez maior de estudantes, provenientes de diversos setores sociais, tanto urbanos quanto periurbanos e rurais. Para que essa inclusão fosse possível, foi necessário ampliar a oferta, ou seja, construir escolas onde antes não existiam. Paralelamente, foram implementadas políticas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à dotação de recursos existentes.

A seguir, apresenta-se uma seleção de políticas públicas destinadas à expansão e à melhoria da infraestrutura escolar, do seu equipamento e dos recursos educacionais vinculados às novas tecnologias. Um aspecto importante a destacar é que muitas dessas políticas e programas não são exclusivos do nível secundário. No entanto, são incluídos aqui por sua relevância para esse nível de ensino.

As políticas educacionais atuais na região colocam o investimento em infraestrutura escolar como um dos principais compromissos de equidade dos Estados nacionais, uma vez que esse investimento incide diretamente na garantia do direito à educação. A pesquisa educacional é unânime quanto aos efeitos positivos da infraestrutura escolar na promoção de bons aprendizados (BID, 2011; 2017; Claus, 2018).

Diante da precariedade das condições de infraestrutura na maioria dos países da região – especialmente nas escolas que atendem populações vulneráveis –, o investimento nesse campo torna-se central, sobretudo para acompanhar a expansão do nível. Entre as iniciativas políticas voltadas à criação de instituições educacionais e à melhoria da infraestrutura escolar, destacam-se: o [Fundo de Financiamento da Infraestrutura Educacional \(FFIE\)](#), da Colômbia; o programa [Melhoria integral da infraestrutura com ambientes escolares inclusivos, seguros e sustentáveis](#), em El Salvador; a [Estratégia 2016–2019 para a atenção à infraestrutura escolar nos níveis pré-primário, primário e médio](#), na Guatemala; o programa [Escolas ao CIEN](#), no México; o [Programa Unidos na Minha Escola](#), no Panamá; e o [Programa Nacional de Infraestrutura Educacional \(PRONIED\)](#), no Peru (para mais detalhes, ver [Inclusão e equidade educacional](#)).

Outro foco importante na provisão de recursos está relacionado às novas tecnologias da informação e comunicação (TIC). Em 2015, a Declaração de Qingdao (UNESCO, 2017) – resultado da Conferência Internacional sobre TIC e Objetivos Educacionais Pós-2015 organizada pela UNESCO –, e sua reafirmação em 2017, forneceram diretrizes estratégicas para pensar o potencial das TIC na educação, especialmente no alcance do ODS 4. Esses acordos reconhecem o papel das tecnologias digitais como impulsionadoras dos sistemas educacionais e seu papel fundamental para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, desenvolvam competências para construir seus projetos de vida com autonomia e liberdade, e se preparem para viver em um mundo cada vez mais complexo (UNESCO, 2017).

Diversas políticas e programas têm se concentrado nesse aspecto. Essas últimas são mencionadas no panorama [Educação e Tecnologias Digitais](#), do SITEAL.

4.2. Políticas de fortalecimento da demanda dos estudantes no nível

A expansão da educação secundária na região exige o planejamento e a implementação de políticas para estruturar as trajetórias escolares, que coloquem especial foco nos setores vulnerabilizados. Essas políticas envolvem o emprego de diferentes setores do aparato estatal para compensar as

desigualdades. As políticas de fortalecimento à demanda têm como objetivo fornecer às famílias recursos econômicos ou bens para apoiar o ingresso e a continuidade da escolarização, especialmente para setores historicamente excluídos. Embora nem sempre essas políticas não sejam especificamente voltadas para o nível secundário – mas para a educação básica como um todo –, adquirem relevância com a ampliação dos anos de obrigatoriedade escolar.

Há diferentes formas de apoio na região. Em princípio, é possível fazer uma distinção entre os programas de desenvolvimento social, administrados além do âmbito educacional, que consistem em transferências de renda e requerem algum tipo de contraprestação de escolarização para sua continuidade (para mais detalhes, ver o panorama sobre [Inclusão e equidade educacional](#)).

Outro tipo de programas de fortalecimento à demanda são geridos pelo âmbito educacional na forma de bolsas ou benefícios destinados a apoiar a escolarização de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social. A seguir, são listadas as principais iniciativas vigentes para estimular a participação no sistema escolar de diferentes setores vulneráveis nos países da região. [PT Cuadro 3. Políticas de cambio curricular seleccionadas en los países de la región](#)

Além das transferências monetárias, diversos países da região desenvolveram ações de transferência de outros tipos de recursos para fortalecer a demanda escolar. A esse respeito, podem ser destacados os programas de alimentação escolar. Existem também programas de fornecimento de livros didáticos. Outros recursos distribuídos aos estudantes são [uniformes e materiais escolares](#) em geral. Nesse sentido, destaca-se o [programa de kits escolares do Paraguai](#), que distribui anualmente bolsas de material escolar a todos os estudantes de instituições públicas, delineadas para cada ano letivo, de acordo com as atividades pedagógicas previstas (para mais informações, consultar o panorama sobre [Inclusão e equidade educacional](#)).

4.3. Políticas de mudança curricular

Em sintonia com a ampliação do acesso à educação secundária, buscou-se tornar a oferta mais pertinente, com o objetivo de favorecer a permanência dos estudantes, bem como proporcionar experiências e aprendizagens significativas. Assim, na região foram promovidas mudanças curriculares e organizacionais no âmbito dos sistemas educativos formais e, paralelamente, desenvolveram-se experiências alternativas de escolarização.

No que diz respeito às políticas educacionais voltadas à promoção de mudanças curriculares e à renovação dos conteúdos e das práticas pedagógicas desenvolvidas no nível médio, essas iniciativas buscam atender às demandas de setores historicamente excluídos, assim como às atualizações exigidas pelo século 21. De modo geral, tais políticas de mudança curricular visam avançar na pertinência da educação em função dos interesses dos estudantes; incorporar os saberes dos povos originários e novos conhecimentos próprios da sociedade do conhecimento; e construir um currículo que responda ao desafio de incluir a diversidade dos estudantes, promover o exercício da cidadania e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Abaixo, são listados alguns exemplos destas políticas. [PT Cuadro 4. Selección de políticas orientadas a la transformación del formato escolar tradicional, según país](#)

4.4. Políticas voltadas para a transformação do formato escolar tradicional

Além da organização acadêmica formal, várias tentativas nos últimos anos buscaram intervir na estrutura organizacional do nível na região, que se refletem em políticas de flexibilização do regime acadêmico, ampliação do tempo escolar, uso de espaços "educativos" fora da instituição escolar, entre outros aspectos substanciais.

A Tabela 5 apresenta exemplos de políticas que buscam a transformação da escola secundária, para projetar experiências de escolarização comuns mas flexíveis, capazes de contemplar a diversidade e as particularidades do corpo discente. Em alguns casos, como na Bolívia e no México, também são oferecidas ofertas diferenciadas. [PT Cuadro 5. Selección de políticas de escolarización alternativa, según país](#)

Além desses programas ou políticas, no âmbito da vida escolar cotidiana, diversos países estão buscando desenvolver ações que permitam **manter as trajetórias escolares** dos estudantes. Essas ações buscam, por meio de diferentes modalidades e intensidades de intervenção, reduzir a evasão escolar.

Existem algumas políticas integrais e de amplo alcance. Entre elas, o [Sistema de Proteção de Trajetórias Educacionais](#) do Uruguai, a [Estratégia Nacional para Promover Trajetórias Contínuas, Completas e de Excelência](#) do México e a [Estratégia de Alerta Preventivo da Costa Rica](#). Também foram desenvolvidas iniciativas com diferentes focos e propósitos, entre as quais podem ser mencionadas as seguintes:

- Espaços de reforço acadêmico para compensar as aprendizagens que não foram alcançadas em uma determinada disciplina
- Ações de aceleração da aprendizagem para compensar a escolaridade de estudantes com dificuldades de acesso à escolarização.
- Estratégias de flexibilização do regime escolar para mães estudantes (e, em alguns casos, também para estudantes com responsabilidade parental), que são desenvolvidas nas instituições do nível médio, assim como a instalação de salas maternas em escolas secundárias.
- Experiências socioeducativas de formação complementar ao tempo escolar, seja no próprio local da escola ou em outros espaços.

Ao mesmo tempo, muitos dos países estão buscando criar **alternativas de escolarização** para aqueles que abandonaram o sistema educacional ou vivem em condições de vulnerabilidade social. Essas propostas de formação às vezes envolvem formatos inovadores e flexíveis de cursos presenciais, organizados de forma complementar ao sistema de educação formal regular. Em outros casos, são propostas de ensino à distância, baseadas em mediações tecnológicas que permitem cursos síncronos ou assíncronos. Parte dessas experiências são apresentadas na Tabela 6. [PT Cuadro 6. Políticas de transferencia de recursos económicos y becas, según país](#)

Vale ressaltar que, em países federativos, tais iniciativas podem surgir em nível estatal, provincial e/ou municipal, mas nem sempre se refletem nas diretrizes nacionais.

5. Panorama em dados

Esta seção apresenta um panorama regional dos dados estatísticos que permitem um relato dos avanços e das dívidas pendentes com relação à concretização do direito à educação para adolescentes e jovens.

[Em uma publicação recente](#), Scasso (2024) oferece uma radiografia da educação secundária na América Latina, a partir da abordagem dinâmica das trajetórias escolares. Nesta reconstrução, também contribui para a análise das mudanças observadas nas últimas duas décadas neste nível educacional.

Nessa linha, os dados estatísticos disponíveis na base de indicadores educacionais do SITEAL mostram a evolução recente da frequência escolar em nível secundário na América Latina. Como pode ser visto no Gráfico 1, houve uma melhora substancial na taxa líquida ajustada de frequência à secundária em todos os países, superando 80% na maioria dos casos. Entretanto, cabe destacar que o crescimento variou entre os países. [PT Gráfico 4. Tasa neta ajustada de asistencia escolar secundaria según ingresos del grupo familiar, selección de países de la región, 2018](#)

Ao distinguir entre ensino secundário inferior (CINE 2) e superior (CINE 3), os únicos casos de manutenção das matrículas são Bolívia e Chile – e também a República Dominicana, embora com menores percentuais de cobertura. Pelo contrário, na maioria dos países observa-se uma queda na taxa de frequência na transição de um ciclo para outro. É o caso da Colômbia (31%), El Salvador (25%) e México (25%), que apresentam as maiores perdas de matrícula (ver gráfico 2).

Da mesma forma, no diagnóstico citado (Scasso, 2024), são caracterizados os grupos sociais mais expostos a vivenciar situações de exclusão educacional no ensino secundário. Como se sabe, a principal causa de exclusão está associada à evasão escolar durante o ensino secundário, sendo no ensino secundário superior onde persistem os maiores mecanismos de exclusão. [PT Gráfico 5. Porcentaje de estudiantes con dos o más años de sobriedad en secundaria, países de la región, 2018](#)

No entanto, as desigualdades também podem ser observadas em cada país. Uma primeira distinção remete ao âmbito rural e urbano. Esse indicador está disponível para todos os países, exceto Argentina, cujas pesquisas domiciliares contemplam apenas a população urbana. De acordo com os dados mais recentes disponíveis para cada país, a taxa de frequência no nível secundário é menor nas zonas rurais em relação às zonas urbanas, com exceção do Chile. Em alguns casos, como Honduras, essa lacuna chega a 35 pontos percentuais. [PT Gráfico 6. Tasa de graduación en escuela secundaria en países de la región. Comparación 2000/2001 con 2017/2018 \(último dato disponible\)](#)

Outra possível distinção está relacionada ao nível de renda do grupo familiar. Os dados mostram que há uma probabilidade maior de frequentar o nível secundário entre os filhos das famílias com 40% das rendas mais altas (89,8%) do que entre aquelas de 30% com a renda mais baixa (onde a porcentagem cai para 81,8%). Em alguns países, como Paraguai e Honduras, essas diferenças superam os 13 pontos percentuais. [PT Gráfico 7. Tasa de graduación en el nivel secundario en países de la región según último dato disponible](#)

Um aspecto que afeta particularmente a trajetória estudantil no nível secundário está relacionado a dificuldades prévias nos percursos escolares, ou seja, no acesso, no ingresso tardio, repetência na primária e/ou secundária e as intermitências na frequência às aulas por diferentes motivos (deslocamento, desvinculação parcial, entrada no mercado de trabalho formal ou informal). Essas alterações nas trajetórias podem ser refletidas na chamada taxa de distorção idade-série, que contempla a porcentagem de estudantes com dois ou mais anos acima da idade teórica correspondente ao nível. Segundo os dados disponíveis, a média da região é de 16%. No entanto, em alguns países, ultrapassa 20% (como é o caso do Uruguai, com 27,5% de distorção idade-série; Honduras, com 26,7%; e Colômbia, com 24,8%), como pode ser visto no gráfico 8.

Gráfico 8. Porcentagem de estudantes com dois ou mais anos de distorção idade-série na secundária, países da região (2022)

Por fim, um último aspecto que vale destacar diz respeito à **taxa de graduação** no nível secundário. Os dados disponíveis permitem comparar a situação no início do século 21 com os dados do final da segunda década do mesmo século, mostrando um avanço significativo na região em termos de conclusão do nível secundário (Scasso, 2024). No entanto, garantir a conclusão continua sendo um desafio, como pode ser visto no gráfico 9.

A taxa média regional de conclusão do nível secundário aumenta para 70%. No entanto, esse dado oculta desigualdades significativas, com alguns países apresentando desempenho bem abaixo dessa média (Honduras, El Salvador e Uruguai), como pode ser observado no gráfico 9. Do mesmo modo, os dados se agravam em todos os países quando a análise considera zona de residência e renda das famílias.

Gráfico 9. Taxas de conclusão da escola secundária em países da região (2022)

Em consonância com a radiografia das trajetórias escolares (Scasso, 2024), no que diz respeito à conclusão da secundária superior, e apesar dos avanços, identifica-se a persistência de grandes desigualdades. Ou seja, enquanto 88 a cada 100 estudantes de lares de alta renda concluem o nível secundário completo, essa proporção se reduz para 66 a cada 100 entre os lares de renda mais baixa. O fato de as desigualdades na conclusão serem maiores do que as de frequência também revela que as trajetórias pela educação secundária são mais difíceis para a população de nível socioeconômico baixo, que enfrenta mais situações de repetência e abandono.

Complementarmente, detectam-se dificuldades em garantir que aqueles que acessam e concluem esse nível alcancem os aprendizados esperados. Em 2022, entre os países que participaram do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), 50% dos estudantes alcançaram níveis mínimos de competência em leitura, e apenas 30% em matemática. Para o grupo de países que participa desde 2009, esses níveis de desempenho praticamente não variaram ao longo desses treze anos (Scasso, 2024). Portanto, a persistência dos baixos resultados de aprendizagem se coloca como um desafio.

6. Tendências e desafios

Nos últimos 20 anos, houve uma expansão significativa da educação secundária na América Latina. Os países da região avançaram na reforma ou promulgação de novas **estruturas normativas** que viabilizam a expansão da escolaridade em geral e da educação secundária em particular, em seus dois ciclos, inferior e superior, mas com foco neste último. A promulgação de leis que aumentaram a quantidade de anos do período de educação obrigatória implicou, por um lado, a ampliação da oferta para a atenção massiva de adolescentes e jovens excluídos do sistema escolar. Por outro lado, e intimamente ligado a isso, houve uma inclusão progressiva na educação escolar de grupos sociais previamente excluídos do sistema escolar. Ao conferir as mudanças recentes na legislação, podemos observar uma progressão gradual entre o conjunto das leis a esquemas normativos fortemente comprometidos com a educação como um direito fundamental (López, 2015).

Em termos de políticas, a expansão do acesso ao nível secundário foi auxiliada por duas estratégias. Em primeiro lugar, a construção de novas escolas, impulsionada pelo avanço do ensino obrigatório. Os Estados da região fizeram esforços significativos para, deste modo, chegar a toda a população, uma decisão que facilita o acesso ao nível, reduzindo assim os longos e custosos deslocamentos dos estudantes para chegar aos estabelecimentos de ensino. Em segundo lugar, a ampliação das matrículas foi influenciada por políticas destinadas a alterar e remodelar o formato escolar tradicional, que desde o início significou um nível secundário com uma função fundamentalmente propedêutica, pensado para a preparação de uma elite para o ensino superior. Por outro lado, com a expansão da

educação obrigatória, ampliou-se o direito à escolarização, dando ao ensino médio um sentido próprio: disponibilizar os saberes comuns para a plena inclusão social e econômica de adolescentes e jovens, mas reconhecendo as diversidades e desigualdades de estudantes e trajetórias, e, em alguns casos, flexibilizando as modalidades de escolarização.

O compromisso com o direito à educação, que os Estados latino-americanos demonstraram por meio de suas leis gerais de educação e de uma vasta gama de políticas, levou a um avanço significativo – evidenciado pelo aumento das taxas de escolarização e conclusão do nível –, embora ainda seja insuficiente. Na região, apenas metade dos adolescentes consegue concluir o ensino médio, enquanto persistem profundas desigualdades em termos de acesso, permanência e conquistas de aprendizagens no sistema educacional. Certos grupos sociais – indígenas, afrodescendentes, pessoas que vivem em zonas rurais ou provenientes de famílias socialmente desfavorecidas – contam com menores possibilidades de sustentar suas trajetórias educacionais e obter aprendizagens pertinentes e significativas. A América Latina ainda é uma das regiões mais desiguais do mundo, e a desigualdade se manifesta não apenas na dimensão econômica da vida, mas também na dimensão educacional.

Em suma, a sistematização aqui apresentada e as pesquisas recentes revelam pelo menos três desafios enfrentados pelo processo de expansão do ensino médio na América Latina: universalizar o acesso, promover a continuidade da trajetória e garantir a relevância da oferta em termos de qualidade. Esses desafios são múltiplos e simultâneos e refletem uma tensão complexa entre a expansão da secundária e o modelo institucional (Acosta, 2019). Já não basta garantir o acesso; é fundamental assegurar a permanência e a conclusão do nível, bem como a apropriação de todo o conhecimento que se propõe transmitir.

Ao longo deste documento, apresentamos um mapeamento das intervenções políticas implementadas pelos Estados, orientadas a garantir uma educação secundária equitativa e de qualidade. O levantamento e o estudo das experiências de trabalho para melhorar as trajetórias escolares em toda a região nos permitem delinear, de forma resumida, algumas propostas-chave a serem consideradas pelos responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas nessa área:

- Promover estratégias de intervenção intersetoriais que abordem as causas que geram exclusão e desigualdade dentro e fora dos sistemas educacionais. O planejamento de políticas para melhorar as trajetórias educacionais de jovens em contextos vulneráveis exige deixar de lado intervenções pensadas exclusivamente como "educacionais" para se pensar em ações intersetoriais que abordem as causas que geram exclusão e desigualdades sociais e educacionais. A interrupção da trajetória educacional é resultado de um conjunto de fatores internos e externos aos sistemas, o que requer o desenvolvimento de políticas que os abordem de forma integral. O trabalho das escolas imersas em contextos de exclusão demanda ações que considerem, simultaneamente, questões sociais, de moradia, urbanização, alimentação e saúde pública. A pobreza atravessa a vida dos indivíduos e sua experiência escolar: o acesso pleno, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes exigem o desenvolvimento de políticas que vão além do âmbito das políticas educacionais.
- Promover políticas que incentivem a construção de experiências de escolarização comuns, mas flexíveis. O planejamento da política educacional deve orientar a construção de sistemas flexíveis que favoreçam a possibilidade de retomar trajetórias educacionais interrompidas. Isso implica oferecer oportunidades múltiplas e variadas para diferentes propósitos: acessar e complementar os estudos em qualquer nível educacional; oferecer diferentes modalidades e possibilidades de ingresso ou reingresso; facilitar o aperfeiçoamento e a formação vinculados ao trabalho; facilitar diferentes itinerários formativos e o estabelecimento de pontes entre eles, permitindo que cada pessoa construa seu próprio projeto de formação. Para que isso seja possível, é necessário criar sistemas educacionais flexíveis, em que os que interromperam sua trajetória possam retomá-la a qualquer momento da vida.

O pressuposto de um tempo único e linear, no qual se baseia o funcionamento do sistema educacional, é um elemento com alto potencial de exclusão, para o qual se deve buscar uma alternativa.

- Favorecer a institucionalização de estratégias de acompanhamento escolar. A possibilidade de gerar boas experiências escolares que contribuam para que as trajetórias sejam contínuas e completas na passagem dos estudantes no nível secundário demanda instâncias de acompanhamento escolar. A experiência das instituições que progrediram nesse aspecto revela a importância das tutorias para a transição para a secundária. É fundamental sua institucionalização e formalização, bem como o desenvolvimento de um planejamento de trabalho para os tutores e a respectiva avaliação, afastando-se assim das experiências informais que ainda existem em alguns países da região.
- Desenvolver sistemas de alerta para a detecção e intervenção precoce sobre situações de evasão escolar. Apesar das diversas intervenções desenvolvidas pela política educacional nas últimas décadas, as escolas secundárias da região continuam apresentando índices de evasão muito altos. É essencial desenvolver uma escola mais inclusiva, que não expulse, mas que, ao mesmo tempo, seu setor de gestão desenvolva um sistema de alerta para a detecção e intervenção imediata em casos de evasão escolar. O processo de desvinculação com a instituição escolar costuma ser progressivo, dá indícios; a desfiliação é processual. Portanto, é estratégico intervir imediatamente quando uma situação de possível abandono é detectada.

7. Referências bibliográficas

Instituto Internacional de Planejamento Educacional da UNESCO [UNESCO IIEP] e CLADE (2021). *Desigualdades Educativas en América Latina: tendencias, políticas y desafíos*.

<https://www.buenosaires.iiep.unesco.org/es/publicaciones/desigualdades-educativas-en-america-latina>

Acosta, F. (2019). *Las políticas para la escuela secundaria: análisis comparado en América Latina*. IIEP UNESCO.

_____ (2021). *Diversificación de la estructura de la escuela secundaria y segmentación educativa en América Latina*. Documentos de Proyectos (LC/TS.2021/106). Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe [CEPAL]. Disponível em:

<https://www.cepal.org/es/publicaciones/47211-diversificacion-la-estructura-la-escuela-secundaria-segmentacion-educativa>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [BID] (2017). *Suficiencia, equidad y efectividad de la infraestructura escolar en América Latina según el TERCE, UNESCO*. Disponível em:

<https://publications.iadb.org/es/suficiencia-equidad-y-efectividad-de-la-infraestructura-escolar-en-america-latina-segun-el-terce>

_____ (2011). *Infraestructura escolar y aprendizajes en la educación básica latinoamericana: Un análisis a partir del SERCE, UNESCO*. Disponível em:

<https://publications.iadb.org/es/infraestructura-escolar-y-aprendizajes-en-la-educacion-basica-latinoamericana-un-analisis-partir>

Claus, A. (2018). *El Impacto de la Infraestructura Escolar en los Aprendizajes de las Escuelas Secundarias*. III Congreso Latinoamericano de Medición y Evaluación Educacional (COLMEE 2018). INNEd, INEE, MIDE-UC, INEVAL.

López, N. (2007). *Las nuevas leyes de educación en América Latina: una lectura a la luz del panorama*

social de la región. Escritório para a América Latina e o Caribe do IIPE UNESCO.

_____ (2015). *Las leyes generales de educación en América Latina. El derecho como proyecto político*. Escritório para a América Latina e o Caribe do IIPE UNESCO.

UNESCO (2017). *Qingdao Statement: strategies for leveraging ICT to achieve Education 2030*.

Escritório para a América Latina e o Caribe da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO Santiago], Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe [CEPAL], Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF]. (2022). *La encrucijada de la educación en América Latina y el Caribe: informe regional de monitoreo ODS4-Educación 2030*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382636>

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] (2017). *Qingdao Statement: strategies for leveraging ICT to achieve Education 2030*.

Scasso, M. (2024). *Radiografía de las trayectorias escolares. La educación secundaria en América Latina*. Escritório para a América Latina e o Caribe do IIPE UNESCO. Disponível em: <https://www.buenosaires.iiep.unesco.org/es/publicaciones/radiografia-de-las-trayectorias-escolares>



unesco

SITEAL | EDUCAÇÃO
BÁSICA

